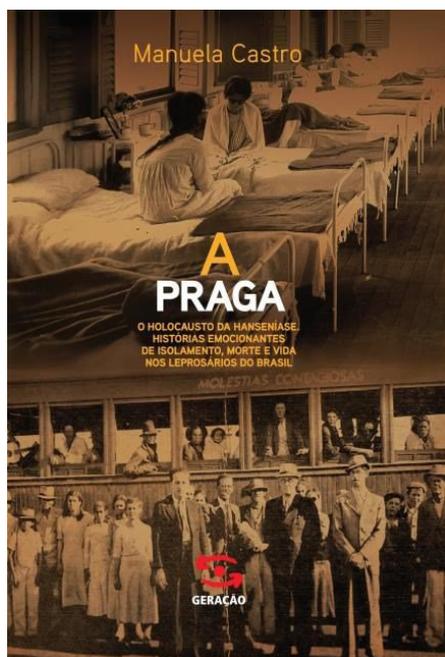


RESEN DE LIV

RESENHA
DE LIVRO



MEMÓRIAS DA LEPRA: DO ESQUECIMENTO À RESISTÊNCIA, Castro, M. 2017. *A praga*. São Paulo: Geração Editorial. p. 278

Nilson Oliveira Santa Brígida

Mestre em Antropologia PPGA/
UFPA

nilsonstabrigida@gmail.com

Entre relatos e conversas, Manuela Castro reconstrói trechos de um passado recente, que ainda produz efeitos em virtude das marcas que deixou. A autora, repórter e apresentadora da TV Brasil, escreve sobre sua experiência de aproximação com um tema que lhe chamou atenção em um dia que estava responsável por acompanhar as atividades e encontros que iriam acontecer no Palácio do Planalto. A princípio, curiosidade; depois, estaria envolvida

em uma pesquisa que guardava consigo uma trama de dor e sofrimento de corpos policiados pelo Estado e pela própria sociedade como cumprimento de um dever legal, fruto de uma política sanitária imposta pelo Governo brasileiro no decorrer do século XX.

A obra intitulada “A praga” narra histórias de indivíduos que experienciaram o que nomina ser o holocausto no Brasil. Era um tempo de confinamento, de isolamento compulsório, de disseminação do medo a partir da construção de um estereótipo e fortalecimento do estigma sobre uma doença, era o tempo da institucionalização do tratamento lepra. Na prática, correspondeu a atos de extermínio, físico e psicológico, da pessoa do doente e de seus familiares mais próximos, importando uma limpeza étnica nacional e na configuração de outras formas de opressões estruturais derivadas de um contexto de guerra.

O livro está dividido em 24 capítulos. Em cada seção, ao menos uma fotografia, que auxilia a construir um imaginário mais próximo do que se está a narrar. É assim, por meios de letras e imagens, que Manuela vai compondo sua proposta. Em seu texto, a autora não traz citações de autores clássicos ou de outras obras publicadas. Escolhe privilegiar seus interlocutores como principal fonte de pesquisa, considerando histórias não escritas de pessoas que receberam discriminação e preconceito antes mesmo do tratamento para a doença que adquiriram.

A leitura é convidativa, as histórias são breves. Apresentam enredos com

nuances e percepções que ajudam a visualizar a cena. Pareceria tratar-se de contos não fosse o fato de corresponderem a casos vivenciados pelos atingidos pela hanseníase. À época essa não era a categoria utilizada, chamava-se lepra e os enfermos, leprosos, lázaros, morféticos, aqueles atingidos pelas chagas malditas. Para além da patologia existia uma convenção social engendrada para classificar negativamente os que portavam o bacilo.

A história da lepra se confunde com a história de expansão de impérios e construção de um sistema colonial. No tempo das cruzadas, cavaleiros serviram como vetores para sua propagação. Embora estigmatizada como pertencente a aglomerações e pessoas com baixo poder econômico, a doença também acometeu reis europeus séculos atrás. Independentemente de classes e estamentos, era a doença da exclusão social.

Em solo brasileiro, a proximidade das relações com a doença perdura. As ruínas dos antigos leprosários, como museus a céu aberto, remetem a um período de gastos vultosos em que se investiu no tratamento e controle da doença. Lugares amplos e ermos que serviram como medida profilática de saúde pública para onde eram encaminhadas pessoas, qualquer que fosse, diagnosticadas com a doença ou que apresentassem sintomas evidentes. Vários eram os estilos de confinamento, de asilos a colônias agrícolas. Os espaços, que eram propagandeados como se fossem lares, corresponderiam na prática a prisões, com consequente

submissão a um rígido sistema de vigilância.

Os internos, ao perceberem a possibilidade de não mais recuperar sua liberdade, acabavam por reproduzir estratégias de sobrevivência para os novatos que chegavam. O esquecimento tornou-se um caminho para permanecer vivo. Muitas vezes os doentes eram reportados como mortos para não haver mais procura além-muro pelos familiares. Dentro dos espaços da prisão, o início de uma nova vida. As pessoas ganhavam outros nomes, novas funções e muitas tarefas. Os casos de suicídio eram recorrentes.

Cada ambiente tinha suas regras, com as respectivas punições para os “descumpridores”. Nas colônias, que funcionavam como pequenas cidades ou vilas, não era diferente. Havia um delegado próprio para fazer cumprir a norma local, existindo também prisões onde se impingiam castigos corporais aos enfermos. Eram momentos de dor e sofrimento. O trabalho não era legalizado. A moeda nacional corrente pouco tinha valor entre as pessoas isoladas compulsoriamente. A economia ocorria por meio de trocas, como um escambo, ou então pela circulação de moedas próprias do lugar. Poder-se-ia dizer que seria quase um sistema de escravidão de hansenianos. Era uma sociedade que se criava dentro de outra maior. Uma nova realidade social construída a partir do confinamento de pessoas completamente desconhecidas, unidas por uma situação de fato em comum.

As histórias narradas são tecidas como fios que se entrelaçam para formar uma rede. Aos poucos, a autora apresenta o surgimento de um movimento social derivado desse contexto, o Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). Em tempos em que a violência era contínua e a lembrança permanente, quando segregação e separação eram as palavras em voga, os enfrentamentos e estratégias de resistência que os hansenianos desenvolveram para sobreviver e buscar seus direitos estavam presentes. E nesse sentido, a autora apresenta sua proposta.

Com o passar dos anos, os debates aumentaram, o tratamento se tornou possível e as discussões ultrapassaram os muros das prisões. O Direito se tornou uma importante ferramenta de mudança social. Leis que antes foram usadas para permitir o confinamento, agora estavam sendo editadas para coibir o estigma e diminuir o preconceito. Uma apropriação política das categorias jurídicas, iniciava-se o tempo de reparação civil pelos danos cometidos. Danos de todas as ordens e sentidos.

No interior dos leprosários, várias foram as formas de expressão da violência cometidas por agentes públicos durante seus expedientes contra os doentes ou contra os filhos saudáveis que eram separados dos pais em confinamento e que ficavam sob a “tutela” do Estado. Torturas, estupros, maus tratos, violência de gênero... Formas de opressão que podemos pressupor que se intensificavam a cada vez que consideramos um marcador social da diferença. É possível pensar em uma

intencionalidade de extermínio de corpos que vai além do interesse em purgar a doença.

São histórias de luta, persistência e perseverança. Histórias que se cruzam, demonstrando como a atuação de um movimento social se constrói e articula politicamente para conquistar direitos. O livro de Manuela Castro ultrapassa classificações reducionistas que possam considerá-lo apenas um romance ou mesmo um texto jornalístico. A partir de sua narrativa, percebe-se a realização de uma proposta etnográfica que considera a fala das pessoas, fornecendo subsídios para outras investigações científicas com feições semelhantes. Afinal, o texto sensibiliza o leitor para uma realidade social intencionalmente apagada, que ainda produz efeitos.

Assim, considero que *A praga* é texto inicial para todos aqueles que tenham interesse ou curiosidade em pesquisar sobre a história da lepra no Brasil, pois vai além das discussões eminentemente biológicas sobre a patologia, enveredando para as categorias sociais de representação do adoecimento pelo bacilo. É um livro que conta histórias de pessoas, a partir da fala dos próprios interlocutores, provocando inquietudes por um choque de sensibilidades que leva a pessoa que lê a querer expandir as investigações, somando forças ao movimento.